

cesso nos autos de Insolvência acima identificados em que são insolventes:

Orlando Edgar da Costa Ferreira, casado, NIF. 187653828, residente na Av. das Lameiras, N.º 360 — Bloco A, 3.º A, Delães, 4765-618 Vila Nova de Famalicão.

Mónica Torcato Pacheco, NIF. 210488956, BI. 10454449, residente na Av. das Lameiras, N.º 360 -Bloco A, 3.º, A, Delães, 4765-618 Vila Nova de Famalicão.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado:

Dr. Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, com escritório na Rua do Agrelo, N.º 236, Castelões, 4770-831 Vila Nova de Famalicão.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

Ficam ainda notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa

Efeitos do encerramento: os previstos no artigo 233.º do CIRE.

12-04-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Vítor Vale*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Araújo Carvalho*.

304587844

#### Anúncio n.º 6162/2011

##### Processo: 1050/09.7TJVNF — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolventes: Carlos Humberto da Silva Cardona, NIF. 160200938, residente na Rua Fontes Pereira de Melo, n.º 127, Calendário, 4760-337 Vila Nova de Famalicão;

Maria de Fátima Lopes Câncio Ferreira Cardona, NIF. 170301397, residente na Rua Fontes Pereira de Melo, N.º 127, Calendário, 4760-337 Vila Nova de Famalicão.

Administrador de Insolvência: Dr. Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, com escritório na Rua do Agrelo, n.º 236, Castelões 4770-831 Vila Nova de Famalicão.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: os constantes do disposto no artigo 233.º do CIRE.

12-04-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Vítor Vale*. — O Oficial de Justiça, *Ermelinda Carvalho*.

304582951

#### Anúncio n.º 6163/2011

##### Prestação de Contas (Liquidatário) — Processo: 575/04.5TJVNF-AI

Requerente: Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva

O Dr. Vítor Vale, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida Tribor-Indústria de Borracha, S. A., NIF: 500 290 148, com sede na Rua Adelino Leitão, Lousado, Vila Nova de Famalicão, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronun-

ciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.).

N/Referência: 3331017

14-04-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Vítor Vale*. — O Oficial de Justiça, *Domingos Martins*.

304593895

#### Anúncio n.º 6164/2011

##### Prestação de contas administrador (CIRE) — Processo: 3133/10.ITJVNF-C

O Dr. Manuel Alexandre Gonçalves Ferreira, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente VIGORTOTAL — Construção, Remodelação e Prestação de Serviços Unipessoal, L.ª, com sede na Rua Luís Barroso, n.º 526, Ed. D. Henrique, Bloco C-1.º B, 4760-153 Vila Nova de Famalicão, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

N/Referência: 3334439

15-04-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Manuel Alexandre Gonçalves Ferreira*. — O Oficial de Justiça, *João Ferreira Gomes*.

304594291

#### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

#### Anúncio n.º 6165/2011

##### Processo n.º 209/11.ITYVNG — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

##### Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 1.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 06-04-2011, pelas 10,05 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Manuel M. M. Carvalho, L.ª, NIF 502154632, Endereço: Rua Aires Ornelas, 39, 4300-000 Porto, com sede na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr. António Joaquim Oliveira Vieira: Praça Manuel Guedes, 195, 2.º, Sala 8, 4420-193 Gondomar É administrador do devedor: Manuel Miguel Marques Carvalho, BI 3163090, Sede da Empresa, Rua Aires Ornelas, N.º 39, R/c, Bonfim, 4000-023 Porto, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

15-04-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Isabel Maria A. M. Faustino*. — O Oficial de Justiça, *Lucinda Cirne Patacas*.

304595993